



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

EXTRATO DA ATA DA 1189ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO DE 2016, ÀS 9:0 HORAS.

Local: Plenário Manoel da Costa Nunes.

Presentes os eminentes Conselheiros Dr.^a Zélia Saraiva Lima, Presidente, em exercício, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, Dr. Aristides Silva Pinheiro, Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr.^a Martha Celina de Oliveira Nunes e Dr.^a Clotildes Costa Carvalho. Ausentes os Conselheiros Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares, por se encontrar de licença para tratamento de saúde e o Dr. Fernando Melo Ferro Gomes, por se encontrar de férias. Presente também o Presidente da Associação Piauiense do Ministério Público/APMP, Dr. Paulo Rubens Parente Rebouças.

HAVENDO QUÓRUM, A PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A SESSÃO. EM SEGUIDA, A PRESIDENTE SAUDOU OS PRESENTES E DESEJOU AS BOAS VINDAS À DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO, DESEJANDO A TODOS OS CONSELHEIROS UM ANO DE ATIVIDADES PROFÍCUAS. OS CONSELHEIROS DR. ARISTIDES SILVA PINHEIRO E DRA. MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES ACOMPANHARAM A SAUDAÇÃO E OS VOTOS DE UM ANO NOVO PROFÍCUO. A DRA. CLOTILDES COSTA CARVALHO AGRADECEU A DEUS E OS VOTOS DE BOAS VINDAS. TAMBÉM AGRADECEU A VOTAÇÃO RECEBIDA DE PROCURADORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA E DEMONSTROU A DISPOSIÇÃO PARA CONTRIBUIR COM AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELO COLEGIADO. ANTES DA APRECIÇÃO DA ATA, OS CONSELHEIROS PRESENTES DISPENSARAM A LEITURA, EM FACE DO RECEBIMENTO, POR EXTRATO.

1) APRECIÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2015, ENCAMINHADA CÓPIA DO EXTRATO AOS CONSELHEIROS. Aprovada à unanimidade, sem retificações.

2) DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS POR ORDEM DE ANTIGUIDADE: Considerando a ausência de dois Conselheiros à sessão, um por se encontrar de férias e o outro de licença médica, bem como as férias de dois Conselheiros Suplentes, o Colegiado decidiu cancelar parcialmente a distribuição de processos para recebimento de seis processos pelos Conselheiros presentes e redistribuição de doze processos para cada Conselheiro na próxima sessão, incluída a Conselheira Suplente que se encontra em atividade.

2.1 Notícia de Fato 2013 – nº 151/Nov. Origem: 44ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Irregularidades na construção da Unidade Básica de Saúde do bairro Matadouro. Promoção de Arquivamento – Promotor de Justiça: Fernando Ferreira dos Santos. **Distribuído para a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

2.2. Procedimento Preparatório nº 077/2015. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Apurar irregularidades quanto à demora para marcação ou agendamento de exame e de consulta, na Rede Pública Municipal de Saúde. Promoção de Arquivamento – Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Distribuído para o Conselheiro Dr. Aristides Silva Pinheiro.**

2.3 Procedimento Preparatório nº 071/2015. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Apurar irregularidades quanto à demora para marcação de consultas, na Rede Pública Municipal de Saúde de Teresina - PI. Promoção de Arquivamento – Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Distribuído para a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho.**

2.4 Procedimento Preparatório nº 065/2015. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Apurar irregularidades quanto à negativa de realização de exame, na Rede Pública Municipal de Saúde de Teresina - PI. Promoção de Arquivamento – Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Distribuído para a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes.**

2.5 Procedimento Preparatório nº 060/2015. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Apurar irregularidades quanto à demora para marcação de exame e de consulta. Promoção de Arquivamento – Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Distribuído para o Conselheiro Dr. Aristides Silva Pinheiro.**

2.6 Procedimento Preparatório nº 055/2015. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Apurar possível internação de paciente na Residência Terapêutica do Município. Promoção de Arquivamento – Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Distribuído para a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho.**

2.7 Procedimento Preparatório nº 175/2014. Origem: 29ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Acompanhar as ações da Fundação Municipal de Saúde para o alcance da meta de imunização contra o vírus HPV. Promoção de Arquivamento – Promotor de Justiça: Eny Marcos Vieira Pontes. **Distribuído para a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes.**

2.8 Procedimento Preparatório nº 33/2015. Origem: 38ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Apurar suposta irregularidade no processo de seleção para pós-graduação em Química da UESPI. Promoção de Arquivamento – Promotora de Justiça: Maria Ester Ferraz de Carvalho. **Distribuído para o Conselheiro Dr. Aristides Silva Pinheiro.**

2.9 Processo Administrativo nº 116/2015. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: Risco. Promoção de Arquivamento – Promotora de Justiça: Joselisse Nunes de Carvalho Costa. **Distribuído para a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

2.10 Processo Administrativo nº 061/2013. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: Negligência, agressão física e psicológica. Promoção de Arquivamento – Promotora de Justiça: Joselisse Nunes de Carvalho Costa. **Distribuído para a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes.**

2.11 Processo Administrativo nº 213/2014. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: Risco. Promoção de Arquivamento – Promotora de Justiça: Joselisse Nunes de Carvalho Costa. **Distribuído para o Conselheiro Dr. Aristides Silva Pinheiro.**

2.12 Processo Administrativo nº 225/2013. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: Risco. Promoção de Arquivamento – Promotora de Justiça: Joselisse Nunes de Carvalho Costa. **Distribuído para a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho.**

2.13 Processo Administrativo nº 121/2015. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: Risco. Promoção de Arquivamento – Promotora de Justiça: Joselisse Nunes de Carvalho Costa. **Distribuído para a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes.**

2.14 Processo Administrativo nº 072/2013. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: Agressão física e psicológica. Promoção de Arquivamento – Promotora de Justiça: Joselisse Nunes de Carvalho Costa. **Distribuído para o Conselheiro Dr. Aristides Silva Pinheiro.**

2.15 Processo Administrativo nº 138/2014. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: Situação de risco. Promoção de Arquivamento – Promotora de Justiça: Joselisse Nunes de Carvalho Costa. **Distribuído para a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho.**

2.16 Processo Administrativo nº 016/2015. Origem: 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba. Assunto: Risco. Promoção de Arquivamento – Promotora de Justiça: Joselisse Nunes de Carvalho Costa. **Distribuído para a Conselheira Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes.**

2.17 Procedimento Administrativo nº 65/2014. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Valença do Piauí. Assunto: Irregularidade do Conselho Municipal de Controle Social e Acompanhamento do FUNDEB de Novo Oriente do Piauí. Promoção de Arquivamento – Promotor de Justiça: Sinobilino Pinheiro da Silva Júnior. **Distribuído para o Conselheiro Dr. Aristides Silva Pinheiro.**

2.18 Procedimento Administrativo nº 39/2014. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Valença do Piauí. Assunto: Ligação de energia elétrica em residência. Promoção de Arquivamento – Promotor de Justiça: Sinobilino Pinheiro da Silva Júnior. **Distribuído para a Conselheira Dra. Clotildes Costa Carvalho.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

3) JULGAMENTO DE PROCESSOS

3.1 Procedimento Administrativo nº 013/2013. Origem: 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. Assunto: Discriminação em decorrência de orientação sexual e identidade de gênero nas dependências do Bar “Pernambuco”. Promoção de Arquivamento – Promotora de Justiça: Myrian Lago. **Relator: Dr. Aristides Silva Pinheiro.** Procedimento administrativo. Desrespeito à Lei Estadual nº 5.431/2004. Irregularidade sanda com expedição de recomendação. Homologação do arquivamento proposto. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

4) PARA CONHECIMENTO E DELIBERAÇÃO:

4.1 Ofícios encaminhados pela Corregedoria Geral do Ministério Público.

4.1.1 Ofício nº 1812/2015 – CGMP/PI, encaminhando relatório de Correição Ordinária realizada na 1ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. O Corregedor-Geral do Ministério Público asseverou que, ao término da correição, a Corregedoria-Geral comprovou que o Dr. Paulo Maurício Araújo Gusmão envida bom esforço para desempenhar adequadamente suas atribuições, bem como concluiu que o trabalho desenvolvido é merecedor de conceito **bom. O Egrégio Conselho Superior conheceu o Relatório de Correição.**

4.1.2 Ofício nº 1813/2015 – CGMP/PI, encaminhando relatório de Correição Ordinária realizada na 2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato. O Corregedor-Geral do Ministério Público asseverou que, ao término da correição, a Corregedoria-Geral comprovou que o Dr. Leonardo Dantas Cerqueira Monteiro envida bom esforço para desempenhar adequadamente suas atribuições, bem como concluiu que o trabalho desenvolvido é merecedor de conceito **bom. O Egrégio Conselho Superior conheceu o Relatório de Correição.**

4.1.3 Ofício nº 1829/2015 – CGMP/PI, encaminhando relatório de Correição Ordinária realizada na 16ª Promotoria de Justiça de Teresina. O Corregedor-Geral do Ministério Público asseverou que, ao término da correição, a Corregedoria-Geral comprovou que a Dra. Ana Cristina Matos Serejo envida esforços para desempenhar adequadamente suas atribuições, bem como asseverou não ter verificado qualquer pendência funcional que configure descumprimento dos deveres legais, concluindo que o trabalho desenvolvido é merecedor de conceito **ótimo. O Egrégio Conselho Superior conheceu o Relatório de Correição.**

4.1.4 Ofício nº 1830/2015 – CGMP/PI, oriundo da Corregedoria Geral do Ministério Público, encaminhando Processo Administrativo nº 18013/2015, contendo Relatório de Esforço Concentrado realizado na Promotoria de Justiça de Porto/PI. **Retirado de pauta.**

4.2 Adiamento/Interrupção/Suspensão de férias de Membros por interesse do serviço, conforme artigo 100, da Lei Complementar Estadual nº 12/93.

4.2.1 Portarias PGJ nº 2982/2015, 2940/2015 e 3000/2015, de interrupção de férias do Promotor de Justiça Gerson Gomes Pereira e de suspensão de férias dos membros Vera Lúcia da Silva Santos e Zélia Saraiva Lima, encaminhadas através Memorando nº 478/2015, oriundo da Coordenadoria de Recursos Humanos. **Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, referendou as Portarias PGJ nº 2982/2015, 2940/2015 e 3000/2015.**

4.3 Ofícios/Memorandos comunicando instauração de procedimentos/encaminhando cópias de portarias ou recomendações

4.3.1 Ofício nº 63/2015 - 1ª PJB, oriundo da 1ª Promotoria de Justiça de Barras, comunicando a conclusão do Procedimento Investigatório Criminal nº 01/2014 – ilícitos ocorridos na serventia extrajudicial de Barras/PI, com cópia integral dos autos e da denúncia oferecida em face dos indiciados. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.2 Ofício nº 418/2015 - 28ª PJT, oriundo da 28ª Promotoria de Justiça de Teresina, comunicando que o prazo para conclusão do Inquérito Civil Público nº 001/2014 foi prorrogado por mais 1 (um) ano, conforme despacho em anexo. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.3 Ofício PJDL nº 137/2015, oriundo da Promotoria de Justiça de Demerval Lobão, comunicando a instauração do PIP nº 004/2015, para apuração de possível retenção de valores pela prefeitura municipal oriundo de empréstimo consignado realizado por servidores do município de Lagoa do Piauí. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.4 Ofício nº 419/2015 - 28ª PJT, oriundo da 28ª Promotoria de Justiça de Teresina, comunicando que o prazo para conclusão do Inquérito Civil Público nº 001/2012 foi prorrogado por mais 1 (um) ano, conforme despacho em anexo. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.5 Ofício 32ª PJ nº 063/2015, oriundo da 32ª Promotoria de Justiça de Teresina, encaminhando a portaria de instauração do Procedimento Preparatório 32ª PJ nº 03/2015, com portaria em anexo. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.6 Ofício nº 282/2015 – PJUN, oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de União, encaminhando a Portaria que instaura o Inquérito Civil Público nº 005/2015. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

4.3.7 Ofício nº 284/2015 – PJUN, oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de União, encaminhando a Portaria que instaura o Inquérito Civil Público nº 005/2015. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.8 Ofício nº 57/2015 PJ/AA, oriundo da Promotoria de Justiça de Anísio de Abreu, comunicando a instauração do Inquérito Civil nº 09/2015. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.9 Ofício 12 – 069/2015 GPJAB, oriundo da Promotoria de Justiça de Água Branca, informando a instauração de procedimento de apuração de notícia de fato para investigar eventuais ilegalidades na contratação da empresa Estilo Transporte e Locações Ltda. pelo município de Hugo Napoleão. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.10 Ofício nº 422/2015 – 28ª PJ, oriundo da 28ª Promotoria de Justiça de Teresina, comunicando declínio das atribuições sobre o Procedimento Administrativo nº 147/2011 para o NUPEVID. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.11 Ofício 32ª PJ nº 066/2015, oriundo da 32ª Promotoria de Justiça de Teresina, comunicando a instauração do Procedimento Preparatório 32ª PJ nº 04/2015. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.12 Ofício nº 72/2015, oriundo da Promotoria de Justiça de Palmeirais, comunicando a apresentação de ação civil pública, tendo em vista a constatação de provas suficientes nos autos do Procedimento Preparatório nº 01/2015, instaurado para apurar suspeita de precariedade de funcionamento do Distrito Policial de Palmeirais. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.13 Ofício nº 126/2015/PJ-Gilbués, oriundo da Promotoria de Justiça de Gilbués, encaminhando cópia da inicial da Ação Civil Pública em face da Agespisa. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.14 Ofício 31ª PJ nº 020/2015, oriundo da 31ª Promotoria de Justiça de Teresina, comunicando a instauração do Procedimento Preparatório 31ª PJ nº 01/2015 (Portaria nº 01/2015 anexa). **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.15 Ofício nº 242/2015-3ª PJ, oriundo da 3ª Promotoria de Justiça de Piripiri, comunicando o arquivamento do Inquérito Civil nº 09/2013, em razão da interposição de Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.16 Ofício nº 526/2015 – PRA/SRN, oriundo da Promotoria Regional Ambiental em São Raimundo Nonato, comunicando a instauração do Inquérito Civil nº 20/2015 (Portaria nº 19/2015 anexa). **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

4.3.17 Ofício nº 535/2015 – PRA/SRN, oriundo da Promotoria Regional Ambiental em São Raimundo Nonato, comunicando a instauração do Inquérito Civil nº 22/2015 (Portaria nº 21/2015 anexa). **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.18 Ofício nº 521/2015 – PRA/SRN, oriundo da Promotoria Regional Ambiental em São Raimundo Nonato, comunicando a instauração do Inquérito Civil nº 19/2015 (Portaria nº 18/2015 anexa). **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.19 Ofício nº 040/2015 – PJ de Parnaguá, oriundo da Promotoria de Justiça de Parnaguá, comunicando a instauração do Procedimento de Investigação Criminal nº 001/2015 (Portaria nº 001/2015 anexa). **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.20 Ofício nº 531/2015 – PRA/SRN, oriundo da Promotoria Regional Ambiental em São Raimundo Nonato, comunicando a instauração do Inquérito Civil nº 21/2015 (Portaria nº 20/2015 anexa). **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.21 Ofício nº 129/2015, oriundo da Promotoria de Justiça de Cocal, comunicando a instauração de Ação Civil Pública com base no Procedimento de Investigação Preliminar nº 007/2015. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.22 Ofício nº 428/2015 – 28ª PJT, oriundo da 28ª Promotoria de Justiça de Teresina, comunicando o declínio das atribuições sobre o Procedimento Administrativo nº 072/2012-28ª PJT para a 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.23 Ofício nº 480/2015 - 28ª PJT, oriundo da 28ª Promotoria de Justiça de Teresina, comunicando o declínio das atribuições sobre o Procedimento Administrativo nº 118/2013-B-28ª PJT para a 49ª Promotoria de Justiça de Teresina. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.24 Ofício nº 45/2015 – PJB/MPPI, oriundo da Promotoria de Justiça de Beneditinos, comunicando a instauração do Inquérito Civil nº 001/2015. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.25 Ofício nº 373/2015 – 2ª PJ de Corrente, oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Corrente, encaminhando cópia da Recomendação Administrativa nº 007/2015. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.3.26 OF. PJDL nº 170/2015, oriundo da Promotoria de Justiça de Demerval Lobão, apresentando as ações adotadas dentro dos planos de atuação finalística 2014/2015. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

4.3.27 Ofício 29ª PJ nº 1205/2015, oriundo da 29ª Promotoria de Justiça de Teresina, comunicando a celebração de TAC, celebrado com o município de Teresina, objetivando sanar irregularidades existentes no Centro Cirúrgico do HUT. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor do ofício.**

4.4 Outros

4.4.1 Ofício nº 412/2015 – OMP/PI, oriundo da Ouvidoria do Ministério Público, encaminhando os relatórios estatísticos mensais da Ouvidoria do Ministério Público, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2015. **Egrégio Conselho Superior conheceu do teor dos relatórios.**

5) ASSUNTOS INSTITUCIONAIS.

5.1. A Presidente do Conselho Superior do Ministério Público propôs votos de pesar pelo falecimento de José de Deus Lacerda Filho, pai da Promotora de Justiça Luísa Cynobellina Assunção Lacerda; Raimunda Nonata Tabatinga, sogra do Promotor de Justiça Hugo de Sousa Cardoso; Joaquim Bezerra de Sabóia, sogro da Promotora de Justiça Maria do Amparo de Sousa Paz; João José dos Santos Neto, marido da Promotora de Justiça aposentada, Maria Marinete Gomes Bezerra; e Olinto Vieira Duarte, pai do Promotor de Justiça aposentado, Écio Oto Ramos Duarte. Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a expedição dos votos de pesar.

5.2. Dr. Aristides Silva Pinheiro informou que o Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP determinou a realização de inspeções nas Procuradorias de Justiça até o mês de junho/2016, com remessa dos relatórios até o dia 16. Em consequência, iniciará os trabalhos de inspeção a partir do mês de fevereiro/2016, conforme escala já publicada.

Participaram da sessão a Dra. Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça, em exercício, Dr. Aristides Silva Pinheiro, Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr.ª Martha Celina de Oliveira Nunes e Dr.ª Clotildes Costa Carvalho. Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes, Secretária do Conselho Superior, lavrou o presente extrato de ata, que será publicado, após a aprovação.